



BOLETIM BIBLIOGRÁFICO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

Democracia em Moçambique: dinâmicas e desafios

Desde o fim da guerra civil em 1992 e a realização das primeiras eleições multipartidárias em 1994, Moçambique tem vindo a implementar importantes reformas políticas no contexto do processo da construção democrática. Mas, se é verdade que, ao longo destes anos, o país conseguiu avanços, nomeadamente na criação de instituições democráticas, também não é menos verdade que o processo democrático em Moçambique continua sendo marcado por grandes desafios, particularmente no que se refere ao funcionamento e consolidação das instituições criadas no âmbito da democratização. É neste contexto que as publicações contidas no Boletim Bibliográfico n° 45, quer as que são produto de investigação do IESE, quer as que provêm de outras instituições de pesquisa ou da literatura cinzenta, mostram as dinâmicas e desafios da democracia em Moçambique.

Publicações do IESE sobre o tema

Bilério, Bernardino (2007) Papel dos governos (Autarquias) locais na consolidação da democracia em Moçambique: 1998-2006. Caso do Município de Inhambane. In: Conferência Inaugural do IESE “Desafios para a investigação social e económica em Moçambique”. Conference Paper n°1.

Este artigo analisa em que medida as autarquias locais em Moçambique contribuem para a consolidação da democracia. Baseado num trabalho de campo realizado no município de Inhambane, o artigo sublinha que a contribuição das autarquias locais em Moçambique ainda não é efectiva para a consolidação da democracia, pois ainda existem vários aspectos que precisam de ser melhorados para que o exercício democrático ao nível dos governos locais seja efectivo. Para tal, o estudo recomenda o melhoramento das relações entre os órgãos municipais e as comunidades locais.

Brito, Luís de (2008) Uma nota sobre o recenseamento eleitoral. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos. *IDeIAS n°2.*

De acordo com o artigo, o recenseamento eleitoral é um dos elementos fundamentais do processo eleitoral, pois é através do

recenseamento eleitoral que se constitui a lista dos cidadãos com direito de voto, por outras palavras, dos eleitores, o que lhes garante o direito de escolher os seus representantes, que é uma das bases do regime democrático.

Brito, Luis de (2008) Uma nota sobre voto, abstenção e fraude em Moçambique. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos. *Discussion Paper n° 4.*

O Acordo Geral de Paz de 1992, negociado entre o Governo da Frelimo e a Renamo, reservou a estes dois actores o papel central do processo de transição política para o sistema multipartidário. Contudo segundo o artigo, uma análise cuidada do Acordo Geral de Paz permite concluir que este foi essencialmente concebido para obter o fim da guerra civil e acomodar a Renamo na nova ordem política, mais do que para promover a abertura do espaço político a uma democracia pluralista.

Brito, Luís de (2009) Uma análise preliminar das eleições de 2009. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos. *IDeIAS n° 22.*

Segundo o autor, o processo eleitoral de 2009 merece atenção por várias razões: em primeiro lugar, porque decorreu num ambiente polémico devido a decisões controversas tomadas pela CNE; em segundo lugar, porque mais da metade dos eleitores não votou; em

terceiro lugar, porque a administração eleitoral continua a demonstrar uma actuação parcial; e finalmente estabeleceu a hegemonia total da Frelimo na cena política moçambicana, a decadência eleitoral da Renamo e o surgimento do Movimento Democrático de Moçambique. A colocação da Frelimo numa posição de total supremacia na cena política moçambicana, pode, de acordo com o autor, ter efeitos negativos sobre a construção democrática do país.

Brito, Luís de (2011) Comissão Nacional de Eleições: uma reforma necessária. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos. *IDeIAS n° 38*.

A necessidade de reforma da Comissão Nacional de Eleições surge no contexto da análise da distribuição das opiniões dos cidadãos em relação à CNE, e esta, revela duas grandes clivagens, sendo que a manifestação de desconfiança em relação à CNE é mais importante nas cidades que no campo. Para ultrapassar essa desconfiança e criar um clima de competição democrática pacificada, capaz de favorecer a remobilização dos cidadãos para o processo eleitoral, o artigo defende a necessidade de reformar o processo de formação da CNE, apesar de concluir que o problema da confiança dos cidadãos nas instituições políticas - e em primeiro lugar nos próprios partidos - não se resolve simplesmente com a solução do problema da CNE, mas este poderia ser um passo nesse sentido. Porém, o debate actual sobre a CNE, concentrado apenas em aspectos como a definição de qual deve ser o seu número de membros, ou quantos devem ser indicados pelos partidos, não trata das questões essenciais e apenas pode acentuar o divórcio crescente entre os políticos e os cidadãos comuns, com todas as consequências negativas que daí podem resultar para a consolidação da democracia e estabilidade do país.

Chichava, Sérgio (2008) Orçamento Participativo: um instrumento da democracia participativa. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos. *IDeIAS n° 3*.

O artigo faz uma reflexão em torno da história do Orçamento Participativo (OP), traz uma explicação teórica com base na experiência da cidade de Porto Alegre no Brasil. O artigo defende que o Orçamento Participativo, para além de ser uma maneira original de lutar por uma melhor gestão da coisa pública, é uma escola permanente de cidadania pelo que bem implementado em Moçambique e em particular no município de Maputo pode trazer

avanços significativos na relação entre os governantes e os governados e na gestão da cidade, como foi demonstrado pelo caso de Porto Alegre. Igualmente, pode ser um instrumento na luta contra a abstenção que caracteriza os processos eleitorais em Moçambique, com especial destaque para as eleições locais. Para que tal aconteça, deve-se tomar providências para que o OP não seja apanágio de uma pequena elite. E os pobres têm um papel importante nisso, pois só organizados é que podem sair beneficiados com o OP.

Publicações sobre o tema disponíveis no IESE

Lalá, Anícia & Ostheimer, Andrea E. (2003) *Como Limpar as nódoas do processo democrático? Os desafios da transição e democratização em Moçambique (1990-2003)*. Maputo, Konrad-Adenauer-Stiftung.

Segundo o estudo, Moçambique empenhou-se na edificação do seu processo de democratização através do Acordo Geral de Paz firmado em 1992. As Primeiras eleições multipartidárias realizadas em 1994 não só marcaram formalmente o fim da guerra civil como também marcaram o passo inicial a uma estabilidade política e à implementação de estruturas democráticas. Apesar do sucesso das eleições parlamentares e presidenciais de 1994, o processo de democratização em Moçambique enfrentou o primeiro grande teste nas eleições locais de Maio de 1998, onde o boicote da Renamo, a fraca participação de eleitores, questionou o processo da transição democrática. As eleições parlamentares e presidenciais de 1999 mostraram, igualmente, que Moçambique está longe de constituir uma democracia consolidada. Mais ainda, a credibilidade do processo eleitoral foi minada por problemas técnicos durante a contagem dos votos, e a ausência generalizada de transparência elevou as suspeitas políticas, conduzindo à desintegração da Comissão Nacional de Eleições.

Macuane, José Jaime (2006) *Democracia, eleições e medias: o caso das eleições de 2004*. In: Mazula, Brazão (dir.) *Moçambique: eleições gerais 2004. Um olhar do Observatório Eleitoral*. Maputo, Observatório Eleitoral.

Em Moçambique, com sucessivas eleições desde 1994, todas elas ganhas pelo partido Frelimo, sendo que as de 1999 e 2004 foram muito contestadas, fica claro que o domínio de uma força política e a consolidação da democracia assente no cumprimento do ritual

eleitoral combinada à uma liberdade de imprensa consagrada na lei, são aspectos que influenciam o comportamento dos media na arena política.

Mosse, Marcelo (2005) “Fortalecimento da democracia parlamentar na região”. Seminário e Workshop de Moçambique 2 de Dezembro de 2005-11-24 Hotel VIP, Maputo.

O artigo analisa a relação entre a democracia e a comunicação social e a Assembleia da República. Segundo o autor a transição democrática em Moçambique é recente e não se pode falar ainda de termos uma democracia consolidada. Mas o papel da comunicação social numa sociedade democrática extravasa a simples função reprodutora. O quarto poder, (a comunicação social) para sê-lo, deverá equipar-se para deixar de ser um mero espectador da nova conjuntura democrática. Isso passa necessariamente pela revitalização do jornalismo investigativo em Moçambique: os executores deste poder devem deixar de olhar com olhos críticos para o poder legislativo, e de continuar a desafinar o concerto dos pesos e contrapesos de uma sociedade democrática.

Open Society Initiative for Southern Africa (2009) Moçambique: democracia e participação política. Cambridge, Open Society Institute Network.

O maior desafio que Moçambique enfrenta em estabelecer um governo democrático e estável é o crescente domínio exercido por um único partido político no seu sistema político (a Frelimo). Portanto, tão importante quanto a garantia de eleições livres e justas, é a luta pela manutenção e aprofundamento da democracia interna no seio deste partido dominante. Ainda, Moçambique enfrenta também altos níveis de pobreza, em circunstâncias nas quais a política nacional corre o risco de tornar-se em território de elites políticas e económicas, sem maiores relações com o povo moçambicano.

Osório, Conceição (2010) Género e Democracia, as eleições de 2009 em Moçambique. Maputo, WLSA Moçambique.

Ao se discutirem os problemas que o surgimento de novos actores comporta para a reformulação do sistema democrático, o estudo defende que a principal questão tem a ver com a crise da “democracia representativa” e com a necessidade de assegurar a participação cidadã através da articulação entre instâncias formais de participação e espaços públicos de interacção. Isto significa que

a democracia tem que ser vista tanto pela existência das instituições e da sua formalização como pela capacidade conferida aos cidadãos de controlar os poderes públicos, definindo-se pelas relações que se estabelecem entre os indivíduos, a organização social e o poder político.

Sitoe, Eduardo J. (2006) Abstenções: perspectivas e desafios para a consolidação da democracia. In: Mazula, Brazão (dir.) Moçambique: eleições gerais 2004. Um olhar do Observatório Eleitoral. Maputo, Observatório Eleitoral.

A oscilação da tendência de abstenção tanto nas eleições gerais como nas autárquicas sugere que há uma certa racionalidade no eleitorado moçambicano. O eleitorado tende a participar politicamente se perceber que dessa participação decorrem ganhos específicos para a natureza de valores e bens sociais que pretende ver assegurados no país, e que giram em torno da garantia da estabilidade social e política e da reconciliação nacional. Contudo, a abstenção do eleitorado tem uma influência mais directa sobre a sorte dos partidos políticos e candidatos concorrentes do que sobre o sistema no seu todo. E daí que a percepção da ineficácia dos partidos políticos torna-se problemática porque, de certo modo, pode funcionar como um mecanismo de deslegitimação do próprio regime democrático.

Tollenaere, Marc de (2006) Parceiros internacionais e eleições: da promoção da democracia à manutenção da estabilidade política. In: Mazula, Brazão (dir.) Moçambique: eleições gerais 2004. Um olhar do Observatório Eleitoral. Maputo, Observatório Eleitoral.

A assistência eleitoral tem sido o elemento central na promoção da democracia em Moçambique pelos parceiros internacionais. Em termos de volume financeiro e em termos da sua importância estratégica, o apoio eleitoral excede facilmente outros sectores de governação. Todavia, apesar de ter criado capacidade técnica, o apoio eleitoral não resultou numa maior democratização. Assumiu-se que eleições livres, justas e transparentes constituem automaticamente uma contribuição à consolidação da democracia, mas nunca se analisou qual poderia ser o efeito de eleições apenas parcialmente justas e livres num processo de democratização.

Tollenaere, Marc de (s.d) *Democracia e eleições em Moçambique: teoria e prática.*

O artigo defende que a vida política de Moçambique é fundamentalmente caracterizada por uma tensão entre democratização e gestão de conflitos. A democratização é baseada em instituições e procedimentos formais tal como as eleições. É uma competição entre os vencedores e perdedores. As eleições de 1994 foram ao mesmo tempo o evento supremo da coroação do processo de paz e a fundação formal do processo de democratização. Assim, desde o início, as eleições incorporam e reflectem as exigências da competição e da busca do consenso. Assim cada eleição representa uma oportunidade para promover a democracia e a gestão de conflitos, mas ao mesmo tempo contém potenciais para a reactivação de conflitos ou a criação de novos, enquanto a democracia legitima a governação de uma maioria. Portanto, a democracia não é um sistema inclusivo, mas é um sistema baseado na competição que deve garantir a possibilidade de alternar o poder.

Literatura cinzenta sobre o tema disponível no IESE

Presidências abertas são nocivas à democracia. (2011) *Canal de Moçambique, 08 de Junho.*

Um estudo sobre as “presidências abertas e inclusivas” concluiu que as “presidências abertas” que tem sido modelo de governação de Armando Guebuza, estão a contribuir cada vez mais para a recentralização do Estado, do que para o processo de descentralização de que tanto se fala e se alega pretender-se. Apesar disso, o estudo abordou a contribuição da “presidência aberta” para o reforço dos processos da governação democrática.

“Por favor não hipotequem nem vendam a democracia.” (2009) *Zambeze, 24 de Setembro.*

Este apelo foi feito pelo antigo presidente da Assembleia da República de Portugal Almeida Santos, que disse que os moçambicanos devem saber conservar a democracia, apesar de reconhecer os problemas que a democracia moçambicana enfrenta. Não obstante, sublinhou que nos últimos anos tem havido tendências de melhoria e hoje a democracia moçambicana, tal como qualquer outra em África tem as suas dificuldades acrescidas.

“Por favor não hipotequem nem vendam a democracia.” (2009) *Zambeze, 24 de Setembro.*

Este apelo foi feito pelo antigo presidente da Assembleia da República de Portugal Almeida Santos, que disse que os moçambicanos devem saber conservar a democracia, apesar de reconhecer os problemas que a democracia moçambicana enfrenta. Não obstante, sublinhou que nos últimos anos tem havido tendências de melhoria e hoje a democracia moçambicana, tal como qualquer outra em África tem as suas dificuldades acrescidas.

19 Anos de democracia multipartidária. Executivo continua sem balizas. (2009) *Savana, 07 de Agosto.*

A efectividade da dinâmica democrática em Moçambique é questionada no relatório sobre a “avaliação da governação e democracia em Moçambique”. Mais uma vez, o relatório levanta problemas de fraca participação democrática dos cidadãos e outros decorrentes das dificuldades de separação e autonomia dos poderes executivo, judicial e legislativo. O estudo constata que a democracia e a governação em Moçambique continuam embaraçadas pela ausência de mecanismos eficazes de controlo e fiscalização do poder executivo, o que enfraquece a responsabilização do governo.

A CNE está a matar a democracia em Moçambique. (2009) *Canal de Moçambique, 09 de Setembro.*

O presidente do Movimento Democrático de Moçambique Daviz Simango, disse em entrevista, que a democracia estava em perigo em Moçambique. Daviz Simango proferiu estas declarações após um encontro que manteve com o presidente da CNE, Leopoldo da Costa, depois de ter tomado conhecimento que aquele órgão excluiu o MDM de nove círculos eleitorais para as eleições legislativas. Num outro desenvolvimento, Daviz Simango disse que a conclusão a que chegam como partido é que a CNE está a matar a democracia em Moçambique e que não estava a ser leal.

Cenário preocupante na campanha e Leopoldo dá costas à democracia. (2009) *Zambeze, 17 de Setembro.*

A campanha eleitoral para as eleições gerais de 2009 ganhou contornos misturados com festa e animosidade. Uns dançavam ao som do batuque e apitos e outros, aqueles que não sentem o pulsar da democracia e suas liberdades, violentavam os outros. Segundo o artigo, esta atitude é inconcebível num Estado de Direito, porque se assume inequivocamente como um desafio à integridade da

democracia. O mesmo critica-se em relação ao posicionamento da CNE, cortar pernas à democracia é um ultraje à moçambicanidade, com consequências imprevisíveis.

Comunidade Internacional e a democracia inclusiva. (2009) *Scorpião*, 21 de Setembro.

A democracia moçambicana não é diferente de qualquer outra democracia vigente nos países representados pelos doadores que a qualquer custo, querem interferir no processo eleitoral nacional, tentando impor regras de jogo cujo resultado é pôr em causa a soberania das instituições vigentes. Moçambique na sua relação com qualquer país, estabelece um conjunto de princípios que norteiam a relação, bem como um conjunto de benefícios mútuos e ressalva-se a não ingerência nos assuntos internos, porque soberania não deve ser hipotecada a troco de uma democracia que põe o estado moçambicano numa situação de crise política.

Conferência sobre democracia ressuscita barulho da Frelimo. (2010) *Scorpião*, 12 de Abril.

Na conferência, Luís de Brito dissertou sobre as abstenções eleitorais e sublinhou que, eleições livres são principais dispositivos de participação dos cidadãos no desenvolvimento da democracia. Segundo o autor, o elevado índice de abstenções verificado nas últimas eleições de Outubro devem constituir razão de questionamento constante do porquê da razão de parte do potencial eleitorado não se recensear, assim como as causas de a maioria dos recenseados não votar. Ainda, as abstenções em África no geral põem em causa a legitimidade dos governos eleitos, para além de desencadearem ondas de protestos que culminam em actos de violência, elas proporcionam um sinal de desengajamento político dos cidadãos o que nalguns casos pode arrastar a crise no processo democrático.

Democracia de abóbora, cenário de sangue e a gramática dos polícias. (2009) *Zambeze*, 18 de Junho.

Apesar de o país estar a galvanizar em diversas frentes visando a fortificação do Estado de Direito onde estejam visivelmente patentes as directrizes democráticas, esta tentativa tem conhecido dissabores, razão pela qual o artigo conclui que o que se pratica em Moçambique é uma democracia de abóbora, à qual lhe foi sacada a polpa tendo ficado o seu invólucro apenas para os doadores poderem mandar dinheiro. O Artigo faz referência a tentativa de assassinato de Daviz Simango em Nacala-Porto, acto

alegadamente protagonizado pelos homens da Renamo, sendo esta atitude uma pedra no sapato da democracia.

Democracia eleitoral benéfica e abrangente. (2009) *Zambeze*, 01 de Outubro.

Todo o democrata convicto e sério, ao participar em actos eleitorais por via do seu voto e da sua acção política contribui para o reforço do sistema democrático e das instituições no país. Os eleitores decidem depositar o seu voto em quem e no partido que mais garantias oferece para a salvaguarda de todo o sistema político. Um facto errado é que alguns não reconhecem uma vez eleitos que eles são “a residência provisória da soberania, e se confundem entre a representatividade do poder e o exercício desse mesmo poder. Em democracias representativas como a nossa, o poder se funda no povo e o poder reside nele. Esta é a realidade e a imposição do nosso sistema democrático. Todos os eleitos se devem submeter ao império da lei e ao primado do direito como salvaguarda da democracia.

Democracia em crise. Presidente Dhlakama “chora” aos doadores. (2009) *Público*, 03 de Agosto.

O líder da Renamo, Afonso Dhlakama convocou o corpo diplomático acreditado em Moçambique para denunciar os problemas que fragilizam a oposição moçambicana. O líder da Renamo referiu que há indicações que as autoridades locais são coagidas pela Frelimo a não deixarem os partidos da oposição fazerem suas propagandas políticas, comprometendo-se assim o resultado final. Dhlakama referiu igualmente que a Frelimo tomou o STAE como sua propriedade e não do Estado. O STAE já não tem capacidade técnica para exercer as suas funções porque está partidarizado, o que acaba afectando a democracia que se pretende em Moçambique. Denunciou ainda que o processo de recenseamento é uma fantochada visto que muitas pessoas não chegam a ser registadas, devido a fragilidade do sistema utilizado para o efeito.

Democracia multipartidária em Moçambique é miragem. (2010) *Zambeze*, 15 de Abril.

De acordo com Salvador Forquilha, apesar de Moçambique ter eleições multipartidárias desde 1994, continua a ter um défice democrático, porque as instituições funcionam como durante o regime autoritário. Há um alheamento político e baixos níveis de participação e nível de confiança nas instituições. Outro défice apontado pelo autor, consiste na dificuldade de distinguir entre o

partido no poder e o Estado, pelo que há uma clara partidização do Estado, resultando que Moçambique vive uma “transição inacabada” porque as instituições estão reféns da herança e da lógica de funcionamento do Estado monopartidário.

Democracia não é excluir mas sim incluir todos os intervenientes. (2009) O País, 11 de Setembro.

O encarregado de negócios dos Estados Unidos da América Todd Chapman exigiu no encontro com a CNE e o corpo diplomático, que aquele órgão produza uma resolução que integre os partidos e coligações excluídos para garantir transparência nas eleições. Na sua visão o processo democrático não é excluir mas incluir.

Democracia só com o fim da monopolização política: mas nada será oferecido de bandeja. (2010) Canal de Moçambique, 19 de Maio.

Jogam-se desafios cruciais em Moçambique. Entre a defesa da promoção da democracia e a continuação de uma situação praticamente de partido único não há uma grande distância. Só com o fim da monopolização da acção política é que se conquista a democracia. Só lutando todos os dias é que vai ser possível termos uma situação em que a democracia tenha a esperança de sucesso.

Desigualdade na distribuição de riquezas é risco à paz e democracia. (2011) O País, 30 de Maio.

Segundo Severino Ngoenha, a deficiente distribuição de riqueza ainda é um risco iminente à paz e democracia em Moçambique. A violência baseada na discriminação e injustiça social é um grande perigo para a manutenção da democracia. Para Ngoenha a solução viável é o estabelecimento de um novo contrato sociopolítico, baseado num diálogo constante entre os actores sociais.

Monjane, Espírito Santo (1992) Democracia e direitos humanos. O caso de Moçambique. Comunicação apresentada ao seminário sobre “Moçambique no período pós-guerra: desafios e realidades”. Maputo – 14 a 18 de Dezembro.

Dois acontecimentos marcaram o processo de democratização de Moçambique: a introdução do multipartidarismo pela constituição de 1990 e a assinatura do Acordo de Paz em 4 de Outubro de 1992. Entretanto, tal como em outros países africanos, também em Moçambique, a democracia como empreendimento social, sofre de insuficiências: uma insuficiência intelectual e outra de actores sociais autónomos. Para a minimização das insuficiências, o autor defende o estabelecimento de uma espécie de “monitoring” da

democracia, formação cívica dos cidadãos, formação de apoio técnico às operações locais e a autonomização de um serviço permanente de eleições, a gestão das operações de voto nos dias da eleição e a formação de observadores independentes dos partidos políticos.

Órgãos Eleitorais, CC, Frenamo, e Doadores legitimam vitória da Frelimo e Guebuza. Democracia moçambicana: “vai-se andando...” (2009) Zambeze, 5 de Novembro.

Segundo o artigo a vitória da Frelimo e de Guebuza não foi uma vitória do povo, e apontam-se três razões: porque todo o processo relativo às eleições não foi transparente; porque as presidências abertas foram autênticas campanhas ininterruptas para Guebuza; porque a exclusão de muitos partidos foi um factor decisivo para a abstenção.

O que é democracia. (2010) Scorpião, 18 de Janeiro.

Segundo o artigo, apesar de ser mal compreendido e mal utilizado por algumas pessoas, pode-se definir democracia como um governo pelo povo no qual o poder supremo é investido a ele e exercido directamente por seus agentes indicados num sistema eleitoral livre. Quando os cidadãos de uma democracia votam, estão exercendo seu direito e responsabilidade de determinar quem deve governar em seu nome. As eleições constituem uma instituição central dos governos representativos democráticos. O principal mecanismo para traduzir este assentimento em autoridade governamental é a realização de eleições livres e justas. No entanto, todas democracias modernas realizam eleições mas nem todas as eleições são democráticas.

Uma grande vitória para a democracia. (2003) Savana, 28 de Novembro.

Numa breve leitura sobre os resultados das eleições autárquicas de 2003 na Beira, estes mostram que apesar do elevado grau de abstenção, foi um processo eleitoral que ficaria registado na história como tendo sido um dos mais exemplares registados em Moçambique. Este processo serviu para mostrar a tendência do eleitorado moçambicano em relação a duas forças políticas, a Frelimo e a Renamo. A conclusão a que se pode chegar depois destas eleições é de que pela primeira vez, haverá lugares em Moçambique que serão governados por presidentes de municípios e assembleias municipais da oposição. Isto será um teste à democracia moçambicana, uma vez que traz um novo quadro de relacionamento entre os governos municipais e o governo central.